

- Relatório de Atividades do Núcleo Especializado

Núcleo: Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Coordenadora: Anaí Arantes Rodrigues

Período Compreendido: 01 de agosto de 2013 a 31 de janeiro de 2014

Número de Integrantes afastados:

- Três integrantes afastados - Anaí Arantes Rodrigues (Coordenadora), Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar) e Sabrina Nasser de Carvalho (membro com dedicação exclusiva)

Número de Integrantes Membros/Colaboradores: 20 integrantes

Integrantes em 31.01.2014: Anaí Arantes Rodrigues (coordenadora), Ana C. F. Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar), Sabrina Nasser de Carvalho (membro com dedicação exclusiva), Pedro Pereira dos Santos Peres (1ª Defensoria Pública do NHABURB) Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Alexandra Pinheiro de Castro (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Rafael Negreiros Dantas Lima (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Dalla Valle Bedicks (6ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Amorim Princesa (7ª Defensoria Pública do NHABURB), Fabiana Julia Oliveira Resende (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Hotz de Macedo Cunha (9ª Defensoria Pública do NHABURB), Cristina Emy Yokaichiya (10ª Defensoria Pública do NHABURB), Luisa Lins Veloso (11ª Defensoria Pública do NHABURB), Lucas Akira Pascoto Nishikawa (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando Catache Borian (13ª Defensoria Pública do NHABURB); Dione Ribeiro Basilio (14ª Defensoria Pública do NHABURB), Marina Neves de Campos Mello (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB).

Atividades Desenvolvidas

1) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos

O Núcleo de Habitação e Urbanismo, no período objeto do presente relatório, seguiu atualizando o seu subportal com modelos de petição, legislação, jurisprudência e demais assuntos de interesse para atuação na temática da habitação e urbanismo. No período, foi enviado por e-mail um informativo.

2) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos

2.1. Medidas Judiciais e Extrajudiciais propostas isoladamente

A - Lista de ações propostas

Comunidade / ação	Ação	Fase atual
Jardim Mirelle - regularização fundiária	Ação Civil Pública nº 0031587-27.2013.8.26.0053	Protocolada petição inicial. Tutela antecipada parcialmente deferida.
Comunidade Mississipi - reintegração de posse	Ação Civil Pública nº 0006265-64.2013.8.26.0292 - Jacareí	Apresentada contestação, aguardando julgamento
Construção Trecho Norte Rodoanel	Ação Civil Pública nº 0022492-43.2013.4.03.6100 - Justiça Federal	Protocolada petição inicial, em conjunto com MPF, na justiça federal. Agendada audiência de conciliação.
SOMA - desocupação requerida pelo MP	Ação Civil Pública nº 4003957-21.2013.8.26.0604 - Sumaré	Defensoria pediu para intervir no processo e a suspensão da desocupação, tendo sido o pedido indeferido. Interposto agravo de instrumento, provido.
Comunidade Campo Belo - suspensão de leilões de residências	Ação Declaratória nº 0035539-14.2013.8.26.0053	Deferida liminar requerida pela DP. Aguardando julgamento de agravo interposto pelo Estado e de recurso interno da DP de decisão do presidente do TJ que suspendeu a liminar, a pedido do Estado.
Chácara Bela Vista - desapropriação	Ação nº 0614279-02.2008.8.26.0053	Defensoria entrou na ação de desapropriação como assistente simples. Aguardando julgamento.

B - Lista de ações extrajudiciais

B.1 – Reunião com moradores das comunidades que serão atingidos pelo Trecho Norte do Rodoanel e tratativas com a DERSA visando a garantia do direito à moradia das famílias. O núcleo vem acompanhando a questão da construção do Trecho Norte do Rodoanel, em especial no que diz respeito ao impacto social por conta das remoções. Nesse sentido, foram realizadas: a) Reuniões com comissão de representantes das comunidades afetadas pelo Trecho Norte do Rodoanel; c) reuniões com o procurador dos direitos do cidadão, no MPF, inclusive com representantes da DERSA; d) propositura de ação conjunta com MPF na Justiça Federal.

B.2 – Visita às Comunidades. No período o núcleo realizou visitas às comunidades Gêmeos, Jacareí, Brooklin (duas vezes, além do trabalho das agentes do CAM), Gleba do Pêssego, Jd. Hebron, Vila SOMA (Sumaré), Favela União e Poá.

B.3 – Acompanhamento de reunião no INCRA. O núcleo acompanhou reunião no INCRA, chamada por Ouvidoria Agrária Nacional, sobre casos de conflitos agrários no Estado.

B.4 – Participação em audiências públicas. No período, o núcleo participou de três audiências públicas sobre a revisão do Plano Diretor, de uma audiência pública sobre a construção do trecho norte do Rodoanel, uma sobre Paraisópolis, no MPE e uma sobre as desapropriações do Brooklyn, na Alesp.

B.5 – Acompanhamento de assistidos à delegacia. No período, o núcleo acompanhou os moradores à delegacia para registrar Boletim de Ocorrência, bem como para saber andamento de Inquérito Policial sobre o caso do Jd. das Palmas

2.2. Medidas Judiciais propostas conjuntamente com Defensor Natural

No período, houve o acompanhamento da Ação Civil Pública em defesa da população do Pinheirinho, juntamente com o Defensor Natural de São José dos Campos, Dr. Jairo Salvador.

3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas

No período, não foi realizada nenhuma atividade específica nesse sentido em conjunto com a EDEPE, mas o núcleo iniciou processo de construção de uma revista temática sobre habitação e urbanismo. Ademais, foram confeccionados mais exemplares do folder “Be-a-bá do desejo em áreas públicas, tendo em vista uma demanda específica da Unidade de Itaquera.

4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas

O Núcleo Especializado, nesse semestre, enfatizou o intercâmbio entre as mais diversas entidades, sejam públicas ou privadas, para execução de suas atividades.

Essa postura pode ser elucidada por meio dos seguintes exemplos:

4.1. Manutenção e aprimoramento do convênio com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica - EM/PUC.

Importante frisar que esses convênios, para além de um mecanismo de encaminhamento de casos, mostram-se importantes por manter um canal aberto de diálogo e troca de experiências entre a instituição e os conveniados, de fundamental importância. Por exemplo, são diversas as ações que são acompanhadas de forma conjunta entre a Defensoria Pública e o Escritório Modelo, sendo que a primeira é responsável pelas questões jurídicas e o segundo pela parte técnico-social, tendo em vista que o Núcleo não dispõe de profissionais na área. Estabelecemos uma dinâmica de realização de reuniões com o Escritório Modelo da PUC.

4.2. Realização da IV Jornada da Moradia.

Neste período foi encerrada a IV Jornada da Moradia Digna, em evento no auditório da Defensoria Pública. E, recentemente, foi agendada a primeira reunião preparatória da V Jornada da Moradia Digna, a ser realizada em 2015.

4.3. Diálogo constante com o Ministério Público Estadual. O Núcleo de Habitação procura manter diálogo constante com o Ministério Público Estadual, especialmente considerando-se que muitas vezes esse é importante para a melhor encaminhamento de casos que acompanha. No período, exerceu atividades em conjunto com o Ministério Público, principalmente participando de reuniões com promotores, juntamente com a comunidade ou órgãos públicos, como no caso do Trecho Norte do Rodoanel, Paraisópolis, remoções de Poá, Comunidade Vila da Paz etc.

4.3. Atuação conjunta com o Ministério Público Federal. Nesse período o núcleo se aproximou consideravelmente do Ministério Público Federal, especialmente em razão das obras do trecho norte do Rodoanel, sendo que o processo de conversas com essa Instituição culminou na assinatura conjunta da ação perante a Justiça Federal.

4.4. Possibilidade de novos convênios. A partir de conversas com a assessoria de convênios e a 1ª Subdefensoria, o núcleo está buscando órgãos, ONGs ou instituições que possam dar apoio técnico às demandas na área de habitação e urbanismo.

4.5. Participação no processo de revisão do Plano Diretor Estratégico – O núcleo participou de uma série de reuniões e audiências públicas sobre o processo de revisão do PDE-SP, tendo feitos propostas específicas a partir da minuta elaborada pelo Poder Executivo e elaborado texto com propostas gerais sobre o a proposta encaminhada para a Câmara, ainda em debate.

5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado

A Defensora Pública Ana Bueno participa como membro titular do Conselho Estadual de Saneamento, tendo participado de uma reunião no período, na qual o novo Conselho deveria tomar posse. Anote-se que essa reunião não teve quorum, pois houve falha no processo de convocação dos conselheiros por parte do Poder Público Estadual.

6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado

Além dos já citados compilação e encaminhamento de jurisprudências, sugestões de atuação, modelos, notícias etc. relacionados ao tema, o Núcleo Especializado

começou, nesse período, a elaborar pareceres sobre temas mais espinhosos que surgem, a partir da provocação dos defensores naturais, para dar suporte à sua atuação. Nesse período foi encaminhado aos defensores parecer sobre o caráter de imóveis pertencentes à CDHU e COHAB, questão apresentada em reunião na Unidade de Itaquera.

Além disso, o núcleo está permanentemente à disposição dos defensores naturais para esclarecimento de dúvidas, auxílio em casos específicos, troca de ideias sobre questões variadas ou qualquer outra demanda que se fizer presente, sendo constantemente provocado com questionamentos por e-mail ou telefone, respondendo-os prontamente. No período, foi realizada reunião com defensora da unidade de Caraguatatuba sobre caso afeto ao tema acompanhado pela unidade.

7) Acionamento de Cortes Internacionais

Não foi acionada nenhuma Corte Internacional nesse período.

8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública

No período a que se refere esse relatório, as principais ações do núcleo no sentido de implementar o plano foram: acompanhamento administrativo e judicial de casos em que há risco ao direito à moradia e à cidade, com especial atenção a casos em que a comunidade se encontra em área de risco; atuação judicial e extrajudicial com vistas a evitar a prática de remoções compulsórias; finalização do processo da IV Jornada da Moradia Digna; participação de reuniões para discussão de projetos de lei afetos à temática; continuidade da execução do projeto de regularização fundiária do Jardim Jaqueline. Especificamente, destaca-se: acompanhamento do processo de construção do Trecho Norte do Rodoanel, objetivando evitar os prejuízos gerados por essa intervenção pública; fomento do debate na instituição, em conjunto com demais núcleos, sobre atuação estratégica na Instituição e temas sensíveis, que devem ser diretamente atendidos pela Defensoria Pública; elaboração e envio ao Conselho Superior de proposta de criação da função de Coordenador de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias nas regionais, para descentralizar a atuação especializada nessa temática.

9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais

Além da intensificação das visitas nas comunidades, que têm também como objetivo levar a elas as informações que normalmente não chegariam, o núcleo contribuiu com iniciativa da assessoria de comunicação de gravar vídeo com orientação sobre usucapião, além de ter dado uma série de entrevistas para jornalistas e estudantes de jornalismo, como forma de ajudar a difundir as questões afetas à temática de habitação sob o prisma da defesa do direito à cidade e à moradia.

10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências

A Defensora Pública Anaí Arantes Rodrigues participou da reunião da Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do CONDEGE de agosto, na qual assumiu a função de coordenadora geral da Comissão, até o término do presente mandato, que será em fevereiro. Registre-se que o motivo do mandato ser mais curto do que o habitual é o fato de que o atual iniciou-se atrasado, tendo-se em vista que deveria ter se iniciado em fevereiro de 2013, o que não aconteceu em razão do anterior ter ficado sem coordenação em razão de questões internas da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

Além da reunião de agosto, ocorreu outra reunião da comissão em novembro, em Vitória/ES, da qual participou a coordenadora auxiliar, Ana Carvalho. Nessa reunião, foram definidas as linhas gerais para a gestão que se iniciará em fevereiro de 2014, além do calendário das reuniões de 2014.

11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade

O núcleo manteve o canal aberto para o debate, realizando reuniões, com representantes de instituições e entidades ligados à temática da habitação para,

conjuntamente, estabelecer temas prioritários de atuação e construir eventuais políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais. Além disso, diversos PAs tratam de questões relativas a políticas públicas referentes à temática de habitação e urbanismo (fiscalização de áreas de ZEIS, programas específicos de habitação de interesse social, política de financiamento público para aquisição de imóveis etc). Por exemplo, no período o núcleo participou de reunião na Prefeitura de São Paulo sobre a política pública municipal de indução da função social da propriedade

12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade

O Núcleo de Habitação vem discutindo com outras entidades que trabalham com a temática da habitação algumas possibilidades/necessidades de atuação no sentido de alterações legislativas, além de acompanhar o processo de debates sobre a revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, como já mencionado.

A coordenação continua a acompanhar o trâmite do Projeto de Lei nº 572/2005, que cria Comissão Especial de Análise de Despejos.

13) Outras ações desenvolvidas

A - Projeto Jardim Jaqueline. Trata-se de um projeto de regularização fundiária do Jd. Jaqueline, que está sendo executado em parceria com o Ministério das Cidades. No período compreendido no presente relatório, o núcleo deu continuidade às tratativas junto à Sehab sobre a possibilidade de atuação conjunta com a Prefeitura, para realização da regularização urbanística da área e encaminhamento da demarcação urbanística como forma de solução fundiária.

O núcleo também protocolou pedido formal de realização de demarcação urbanística e, com base nisso, encaminhou a última medição para a Caixa, visando à finalização do convênio.

Além disso, o núcleo continua acompanhando as reuniões das lideranças comunitárias.

B - Atuação judicial. Além das ações judiciais propostas no período, já elencadas nos itens “2.1.A”, o núcleo acompanha, atualmente 95 ações judiciais, como se pode

observar pela tabela e relatório de acompanhamento de processos (Anexo 1). No período, foram recebidos 44 processos judiciais.

C - Acompanhamento de procedimentos administrativos. O núcleo acompanha atualmente 125 procedimentos administrativos e 10 pedidos de providência, sendo que a lista dos que estão em andamento e últimos andamentos seguem no Anexo 2.

No período foram abertos 34 procedimentos administrativos ou pedidos de providência e foram realizados 30 arquivamentos.

No período, foram enviados 204 ofícios, além das reiteraões, 17 memorandos e 06 recomendações.

D - Atendimentos coletivos. Praticamente todos os dias, de segunda à quinta-feira, são realizados atendimentos de comunidades que agendaram atendimento, seja para saber andamento de PA, seja para dar entrada em casos novos. A agenda de atendimento pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 3).

E – Reuniões e Eventos. Além dos atendimentos coletivos, o núcleo participa de diversas reuniões, com lideranças, entidades parceiras, representantes do Poder Público, Ministério Público etc., em geral para tratar de questões relacionadas ao atendimento de comunidades específicas. Eventualmente, tais reuniões se tratam de questões mais abrangentes, que dizem respeito a diversas comunidades, ou a alguma questão genérica ligada à temática da habitação e urbanismo. Além disso, participamos de alguns eventos relacionados à temática de Habitação e Urbanismo. As atas dessas reuniões estão nos respectivos PAs e a agenda pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 3).

F - Reuniões ordinárias. As atas das reuniões ordinárias do núcleo podem ser verificadas no Anexo 4 (ata de janeiro ainda não aprovada), observando-se que em dezembro não foi realizada reunião uma vez que, pelo calendário anual de reuniões do núcleo, ela foi agendada para o dia 20 de dezembro, quando já havia se iniciado o recesso judiciário, razão pela qual ela deixou de ser realizada, sendo que a reunião de janeiro foi agendada para o dia inteiro.

14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo

No período, não foi indeferido nenhum atendimento. Os casos de arquivamento foram todos aprovados em plenária do núcleo e podem ser verificados nas atas dessas e nas listas dos procedimentos administrativos.